

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA – PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO

CONTRIBUTO PARA A CONSULTA PÚBLICA

Abril de 2023

Considerando que, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de junho, e pela Lei da Assembleia da República nº 37/2020, de 17 de agosto, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) têm por missão executar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, prosseguindo, entre outras, a atribuição de:

- a) Contribuir para a definição das bases gerais da política de desenvolvimento regional, no âmbito da política de desenvolvimento económico e social do País, dinamizando e participando nos processos de planeamento estratégico de base territorial, bem como fomentar parcerias entre agentes regionais e elaborar programas integrados visando a coesão e a competitividade territoriais;

Considerando igualmente que no âmbito da Lei Orgânica das Comissões de Desenvolvimento Regional, ao Conselho Regional, órgão consultivo da CCDR, representativo dos vários interesses e entidades relevantes da região, entre outras, compete:

(...)

- e) Pronunciar-se sobre os projetos de relevância nacional a instalar na região;

(...)

- h) Dar parecer sobre os planos e programas de desenvolvimento regional, nomeadamente sobre os planos e programas de investimentos da administração central na região;

Na sequência do contributo Conselho Regional da CCDR Algarve para a participação pública sobre o plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em 21 de fevereiro de 2021, retoma-se a análise em fase de consulta pública da Proposta de Atualização, datada de 6 de abril de 2023.

Sendo que:

- *O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para Portugal constitui um dos principais instrumentos para a concretização da Estratégia Portugal 2030, no âmbito do mecanismo de financiamento extraordinário da União Europeia (UE) Next Generation EU. Inclui um conjunto de reformas e de investimentos desenhados para acelerar a recuperação económica de Portugal, no seguimento da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, acelerando a convergência com a União Europeia e garantindo uma economia mais verde, mais digital e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego.*
- *O contexto da implementação tem sido, todavia, substancialmente distinto daquele em que fora concebido e aprovado, com uma nova conjuntura marcada pelos efeitos decorrentes da agressão militar da Rússia à Ucrânia, criando grandes desafios no mercado da energia da UE, causando grandes disrupções nas cadeiras internacionais de abastecimento, colocando constrangimentos no acesso a matérias-primas e provocando um aumento generalizado e globalizado da taxa de inflação. O PRR assenta num modelo de governação seguindo o princípio de gestão nacional na decisão e de descentralização e proximidade na execução.*

- *As novas reformas, as novas medidas de investimento e os reforços de investimento já existentes estão alinhados e reforçam a coerência do PRR que, por sua vez, está alinhado com a Estratégia 2030 que estabelece uma trajetória de médio-prazo para o desenvolvimento económico, social e ambiental do país no horizonte de uma década. As novas medidas e reforços de investimento estão igualmente alinhadas com as Recomendações Específicas por País dirigidas pela Comissão Europeia a Portugal, no âmbito do Semestre Europeu.*
- *O exercício de reprogramação do PRR tirará também partido da flexibilidade que o Mecanismo de Recuperação e Resiliência dispõe para garantir a sua boa execução. Deste modo, serão efetuadas as necessárias adaptações para fazer face ao aumento generalizado de preços e às perturbações nas cadeias de fornecimento.*

Reforço de Ambição

1. No âmbito da Dimensão **RESILIÊNCIA**:

Componente 02 do PRR, Habitação, está alinhado com a agenda temática “As pessoas primeiro”, da Estratégia Portugal 2030. Em matéria de Habitação, e atendendo à especificidade desta problemática no Algarve, a atualização do PRR deverá reforçar a dotação afeta que assegure a adequação da resposta de alojamento estudantil a custos acessíveis na região, e à mobilização das estruturas competentes para este desígnio.

Componente 04 do PRR, Cultura, alinhada com a agenda “Um país competitivo externamente e coeso internamente” da Estratégia Portugal 2030 e sua implementação contribuirá, em particular, na dimensão de *realização de projetos de investimento público robustos*.

Com vista à Reabilitação do Património Cultural classificado, a Direção Regional da Cultura do Algarve preparou a lista dos monumentos onde importa fazer investimentos urgentes, que ora se propõe enquadrar em PRR, considerando o reforço de ambição nesta atualização no PRR com a inclusão de investimento na Cultura (v. tabela abaixo).

Componente 5 – Investimento e Inovação

A frágil estruturação da ligação de interface entre as unidades produtoras de conhecimento e o tecido empresarial na região, nomeadamente nas principais áreas de especialização, tem sido um entrave ao desenvolvimento de empresas mais inovadoras e competitivas pelo que importa o reforço e consolidação de projetos mobilizadores no quadro das agendas previstas, nomeadamente o HUB Azul do Algarve, em desenvolvimento em Olhão, para cuja plena concretização importa um reforço financeiro com vista à aquisição de equipamento no valor estimado de **2M€**.

Componente C06, Qualificações e Competências, está alinhado com domínio estratégico “qualificação dos recursos humanos” da agenda temática “Inovação Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento”, bem como com a agenda “Um país competitivo externamente e coeso internamente” da Estratégia Portugal 2030

Esta medida Escolas Mais Próximas será executada em articulação entre a Administração Central e Local para garantir igualdade de oportunidades no acesso a espaços educativos de qualidade e será operacionalizada pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Este investimento, a incluir tem por objetivo realizar ou assegurar o financiamento de investimento em construção de novas infraestruturas e de recuperar, reabilitar e ampliar um conjunto de escolas dos 2.º e 3.º ciclos e escolas secundárias, identificadas como necessitando de intervenção prioritária, com adoção de comportamentos e práticas de sustentabilidade ambiental no planeamento e realização das obras.

Investimentos urgentes a contemplar - Direção Regional de Cultura do Algarve					
Imóvel	Concelho	Prioridade	Propriedade	Afetação Proposta	Estimativa Investimento (€)
Igreja de São Sebastião	Lagos	Muito Alta	Estado (Regime concordatário)	DGTF	1 600 000,00
Muralhas e Porta da Almedina de Silves	Silves	Muito Alta	Estado	DGTF	2 151 000,00
Ruínas lusitano-romanas da Boca do Rio	Vila do Bispo	Muito Alta	Estado	Domínio Público Marítimo	3 240 000,00
Forte da Boca do Rio ou de Almádena (Forte de São Luís de Almádena)	Vila do Bispo	Muito Alta	Estado	Município	877 000,00
Cacela Velha (Conjunto)	Vila Real de Santo António	Muito Alta	Estado	Guarda Nacional Republicana	700 000,00
Arco da Vila	Faro	Muito Alta	Estado	Município	250 000,00
Ribat da Arrifana	Aljezur	Alta	Estado	Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF)/ Domínio Público Marítimo (DPM)	645 000,00
Antiga Sé de Silves (sem Núcleo Museológico)	Silves	Alta	Estado (Regime concordatário)	DGTF	1 600 000,00
Castelo de Castro Marim	Castro Marim	Alta	Estado	Município	3 911 000,00
Villa romana da Abicada (Estação romana da Quinta da Abicada)	Portimão	Alta	Estado (ex-DRCALg)	Município	500 000,00
Forte do Rato (Fortaleza de Santo António) *Imóvel integrado no Programa REVIVE	Tavira	Muito Alta	Estado	DGTF	730 000,00
Forte da Meia Praia *Imóvel integrado no Programa REVIVE	Lagos	Muito Alta	Estado	DPM	2 950 000,00
Fortaleza de Alcoutim (Castelo da Vila)	Alcoutim	Alta	Estado	Município	431 450,00
Convento de Nossa Senhora da Assunção (Museu Municipal)	Faro	Alta	Estado	Município	2 444 600,00
Fortaleza de Faro incluindo os troços de muralhas (Fábrica da Cerveja)	Faro	Alta	Estado e Privado	Município	120 000,00
Forte da Ponta da Bandeira	Lagos	Alta	Estado	Município	1 500 000,00
Muralhas e torres de Lagos	Lagos	Alta	Estado	DGTF/ Município	6 030 893,00
Forte de Santa Catarina *Imóvel integrado no Programa REVIVE	Portimão	Alta	Estado	Administração dos Portos de Sines e do Algarve	300 000,00
Castelo de Silves	Silves	Alta	Estado	Município	680 000,00
Muralhas do Castelo de Tavira	Tavira	Alta	Estado	Município e Privados	1 500 000,00
Igreja de Santa Maria do Castelo	Tavira	Alta	Estado (Regime concordatário)	DGTF	940 550,00
Fortaleza do Belixe	Vila do Bispo	Alta	Estado	Município	260 500,00
Torre e Muralhas de Sagres (Fortaleza de Sagres)	Vila do Bispo	Alta	Estado	Direção Regional de Cultura do Algarve	1 995 000,00
				SUB TOTAL	35 356 993,00

Componente 7 – Infraestruturas

RE C07 i01 AAE Lagos

A Área de Acolhimento Empresarial de Lagos, única área do Algarve, incluída no aviso PRR para Áreas de Nova Geração, com quatro componentes: descarbonização, produção de energia por painéis fotovoltaicos, carregadores elétricos de veículos, torre 5G e sistema de prevenção de incêndios.

Destaca-se a importância de reforço financeiro do projeto em curso, em cerca de 1M€ considerando o aumento custo matérias-primas e materiais.

Importante para esta situação será também o resultado da simplificação do Quadro Jurídico e Regulamentar aplicável aos projetos de energias renováveis, reforma prevista nesta atualização do PRR e que tem como objetivos:

- Consolidar o quadro jurídico e regulamentar aplicável ao licenciamento elétrico e ambiental de projetos de energias renováveis e de armazenamento, no sentido da sua clarificação e operacionalização;
- Criar a Unidade de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (UMER 2030);
- Regulamentar o licenciamento municipal de projetos de energias renováveis e armazenamento;

RE C07 i01 - Ponte de Alcoutim – San Lúcar del Guadiana

Em matéria de acessibilidades, identifica-se a necessidade de reforço da verba, em **4M €** para a inscrição no PRR da ligação transfronteiriça entre Alcoutim e Sanlúcar del Guadiana, que representará um importante investimento promotor do desenvolvimento do interior, e do reforço da cooperação transfronteiriça no eixo do Guadiana, acentuando a permeabilização deste território de fronteira.

Requalificação e ordenamento integrado da EN2

Requalificação da ligação do IP 2 – Ligação Faro - São Brás de Alportel integrando a via rodoviária que liga Faro a Chaves, com orçamento estimado em **9M€**.

2. No âmbito da Dimensão **TRANSIÇÃO CLIMÁTICA**

Componente 9 do PRR, Gestão Hídrica

REFORÇO DO PLANO REGIONAL DE EFICIÊNCIA HÍDRICA DO ALGARVE [90 M€]

O objetivo é reforçar o investimento RE-C09-i01 – Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve do PRR em 90 M€, o qual visa contribuir para a mitigação da escassez hídrica e assegurar a resiliência do território aos episódios de seca.

A seca hidrológica na região do Algarve assume hoje um carácter estrutural com tendência de agravamento devido ao efeito expectável das alterações climáticas, com previsão de impactos muito significativos na economia, no bem-estar das populações e no aumento da pressão sobre as massas de água, depauperando o seu estado químico e ecológico. A análise dos valores de anomalia de precipitação, em relação ao valor normal 1971-2000, demonstra que nos últimos 10 anos apenas o ano hidrológico de 2017 registou valores de precipitação iguais à média, tendo sido inferior nos restantes anos, com um agravamento nos anos mais recentes. Consequentemente, as águas subterrâneas têm registado um decréscimo contínuo de recarga natural evidenciado pela diminuição dos níveis piezométricos, que em anos mais recentes atingiram mínimos históricos. De forma análoga, o nível de armazenamento das albufeiras existentes apresenta na primeira semana de abril de 2023 um volume útil de 36,7%, correspondente a um défice de 33 hm³ face ao período homólogo do ano anterior. Desta forma, é necessário implementar medidas de mitigação, mas sobretudo de adaptação, promovendo uma gestão equilibrada entre a oferta e a procura de água.

O reforço de 90 Milhões € permitirá um reforço das sub-medidas:

- SM5 - Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes, reforçar com novas origens de água (21M€)
Face ao agravamento da situação de seca existente na região do Algarve, em particular na região do Barlavento Algarvio, e a consequente situação de escassez de água particularmente acentuada nesta zona (volume útil de armazenamento da albufeira da Bravura cerca de 7%, impondo restrições em todos os usos para além do abastecimento público, com impactes significativos nos sectores económicos agrícola e turismo), afigura-se urgente ampliar o projeto de reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento Algarvio. Este reforço financeiro permitirá ainda a concretização do projeto adicional de reforço da interligação do sistema de abastecimento em alta Sotavento-Barlavento - ligação Chão da Dona e ETA de Fontainhas.
- SM1 - Reduzir perdas de água no setor urbano (69 M€)
A determinação do valor de investimento previsto para esta sub-medida teve como base o montante global de investimento das medidas de redução de perdas reais de água no setor urbano previstas nas bases do PREH do Algarve de 104 M€, com um potencial de redução de consumos de cerca de 8 hm³. O financiamento previsto no PRR para esta sub-medida foi de cerca de 1/3 deste valor, 35 M€, com um potencial de poupança estimado de 2 hm³ dos volumes captados em sistemas naturais. Desta forma, e face ao agravamento registado ao nível das disponibilidades, as medidas a implementar irão contribuir para reforçar a redução de perdas reais e, consequentemente, aumentar

o potencial de redução de consumos, através do reforço da requalificação de infraestruturas dos sistemas em baixa e a implementação de zonas de monitorização e controlo nos sistemas.

Considera-se que estes investimentos, a incluir na **Componente 9 do PRR, Gestão Hídrica**, está alinhado com a agenda temática “Transição climática e sustentabilidade dos recursos”.

Componente 10 do PRR, Mar

Greenshipping Contribuirão também para a evolução e modernização dos estaleiros nacionais, preparando-os para os novos serviços especializados no âmbito da transição energética, controlo de emissões e tecnologias de proteção do meio marinho nos navios. Considerando a relevância dos estaleiros para a região e o desenvolvimento de tecnologia, novos materiais, descarbonização – por exemplo painéis solares inscreve-se a oportunidade de apoio nesta componente **1M€**. Igualmente se destaca a inadiável descarbonização do Porto de Portimão, com custos estimados de **12M€**

Componente 15 – Mobilidade sustentável

- Ligação do Aeroporto Internacional de Faro à Linha do Algarve e desenvolvimento do estudo de traçado de ligação do Algarve a Andaluzia

Trata-se de investimentos estruturantes para afirmar a competitividade regional e o seu posicionamento, quer no país, quer na Europa, colmatando, por um lado, um problema de articulação modal e funcional na região, e por outro, na clara ausência de nó de articulação estratégica entre os corredores transeuropeus, Atlântico e Mediterrânico.

Em particular no sistema de mobilidade regional, preconiza-se uma solução evolutiva, com primeira fase em modo BRT, prevendo futura evolução para ferrovia ligeira interoperável com a rede convencional, com o apoio do Programa Regional Algarve 2030, articulando e parcialmente sobreposto com a rede ferroviária pesada de serviços regionais e de longo curso. O MetroBus constitui um novo investimento que importa desde já considerar nesta atualização do PRR, em linha com o que é feito com o BRT Braga, prevendo-se um custo para os estudos prévios, no valor de **10M€**. Tal ligação inclui ligação ao Aeroporto de Faro, ligação a Olhão, Faro e Loulé.

No transporte de mercadorias, estabelecem-se novos corredores e novos acessos, designadamente num potencial corredor internacional pelo Algarve de ligação a Andaluzia.

O Algarve reclama a definição concreta de um calendário que sirva adequadamente a região, a sua população e os seus visitantes, passando a ferrovia a constituir uma alternativa fiável, frequente e segura perante as demais ofertas de conexão com o país, ainda hoje dependentes de intervenções que limitam tal integração (ex: renovação da linha do Sul, no troço Torre Vã – Tunes).

- Renovação da linha do Sul, no troço Torre Vã - Tunes

Este investimento reforçará a inserção regional no país, contribuindo para a diminuição da distância tempo a Lisboa, pelo que deverá integrar o conjunto de investimentos previstos neste reforço do PRR.

Por outro lado, ao nível da coesão territorial, a persistência de taxas de cobertura deficitárias ao nível da internet, sobretudo fora dos principais centros urbanos da região, coloca o desafio de acelerar a conectividade digital por fibra ótica, propiciando oportunidades de atração e fixação de população, investimento e emprego. O PRR deve contemplar a elegibilidade deste investimento estruturante para a conectividade da Região.



Face ao exposto, sobre a proposta de Atualização do Plano de Recuperação e Resiliência, ora em consulta pública, recomenda-se a integração das propostas elencadas, em linha com a Estratégia de Desenvolvimento Regional - Algarve 2030, visando minimizar o impacto da pandemia e acelerar a resolução de problemas estruturais da Região. A atualização do PRR deverá ser complementada com o reforço na dotação, estimado em **164,4M €**, de projetos a executar na Região do Algarve, alinhada com o objetivo de diversificação da base económica regional.

Merece destaque o agora proposto reforço de **90M €** ao investimento já considerado como prioritário na componente 9 – Gestão Hídrica, o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, prossegue a resolução de um dos mais graves problemas que a região enfrenta, perspetivando um futuro mais sustentável e resiliente, sendo justo destacar o empenho da área governativa do Ambiente, dos Municípios através da AMAL, da APA e das Águas do Algarve, da DGADR e da DRAP, do Turismo e dos agentes económicos, da sociedade civil organizada, na construção das propostas que integram o referido PRR. Merece igualmente destaque a requalificação do património cultural, no valor proposto de **35,4M €**, conforme levantamento efetuado pela área governativa da Cultura

Faro, 21 de abril de 2023

O Presidente da Mesa do
Conselho Regional

Vítor Aleixo

A Presidência da CCDR Algarve

José Apolinário, José Pacheco,
Elsa Cordeiro

O Presidente da Comunidade
Intermunicipal do Algarve (AMAL)

António Miguel Pina